

# REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS: PELO QUE LUTAMOS?



**A luta pela reestruturação das nossas carreiras está em andamento, mas o que isso significa? Pelo que, exatamente, estamos lutando?**

**A** proposta defendida pelo Sindjus foi construída de forma democrática, técnica, responsável e estratégica, com base na legislação atual (Lei de Responsabilidade Fiscal e Novo Arcabouço Fiscal), teto de gastos e no debate com a categoria.

O Sindjus defende a proposta de modelo remuneratório tradicional, com base no modelo VB + GAJ, aprovada durante o nosso 10º Congresso Extraordi-

nário, em nov/2024, e as 12 premissas fundamentais. Para melhor aproveitar as janelas orçamentárias, defendemos o envio de dois anteprojetos de lei ao Congresso Nacional:

- 1 – reajuste linear para todos em 2026;
- 2 – implantação do plano de reestruturação de carreiras com efeitos de 2027 a 2030, com a reposição integral das perdas inflacionárias contabilizadas desde 2019.

# AS NOSSAS PREMISSAS FUNDAMENTAIS

## 01

Reposição integral das perdas inflacionárias de 2019 em diante para todos os segmentos da categoria.

## 02

Redução da diferença de remuneração entre analistas e técnicos para o patamar de 100/70.

## 03

Impacto orçamentário até 2030 na ordem de R\$ 15 bilhões.

## 04

Enquadramento por tempo de serviço

## 05

Ampliação do número de padrões, passando de 13 para 20 níveis.

## 06

Adoção da GAPTIC para os profissionais de TIC

## 07

Adoção do Adicional de Atividade Penosa

## 08

Reenquadramento dos cerca de 180 auxiliares remanescentes.

## 09

Todos os parâmetros adotados para o PJU serão adotados para o MPU.

## 10

Para efeito de cálculo consideramos o AQ de até 30% sobre a maior remuneração de cada cargo.

## 11

Manutenção da GAS e da GAE no patamar atual

## 12

Reafirmar a condição de NS para Técnicos.



## DEBATE IMPORTANTE NO FÓRUM DE CARREIRA DO PJU

A proposta aprovada no 10º Congresso Extraordinário do Sindjus foi encaminhada ao STF, CNJ e Fórum de Carreiras no final de 2024. Desde então, o Sindicato vem se reunindo com presidentes de tribunais, diretores e secretários-gerais, além de procuradores e representantes das Administrações de todos os ramos do MPU, para apresentar e defender essa proposta.

No dia 23 de abril, o Sindjus participou de uma reunião com o conselheiro do CNJ Guilherme Feliciano, que é o coordenador do Fórum de Carreiras do PJU, para esmiuçar sua proposta, que conta com estudos baseados na legislação, financeiros e orçamentários.

No dia 14 de maio, foi realizada a primeira

reunião entre Sindjus, o conselheiro Guilherme Feliciano e a outra entidade, com o objetivo de construir o consenso. Mas, informamos que até o fechamento deste Boletim (26/5), infelizmente a outra entidade não disponibilizou ao Sindjus o inteiro teor de sua proposta, com estudo legal e orçamentário, nem as tabelas remuneratórias. No dia 28 de maio haverá uma nova reunião para dar continuidade à elaboração da proposta única a ser enviada ao STF.

O momento é crítico, pois ou convergimos em favor dos reais interesses da categoria e de uma proposta exequível do ponto de vista legal e orçamentário, ou podemos ficar sem reajuste em 2026 e com uma proposta inviável de reestruturação de carreiras para os anos seguintes.



# REAJUSTE PARA TODOS JÁ!

No dia 14 de maio, o Sindjus realizou um ato bastante expressivo em frente ao Supremo Tribunal Federal, com participação dos diretores, delegados sindicais e servidores da base, em defesa do encaminhamento pelo STF ao Congresso Nacional dos anteprojetos do reajuste para todos em 2026 e da reestruturação das nossas carreiras, bem como a implementação do novo AQ.

A prioridade máxima do Sindjus é a recomposição integral da inflação para todos, com a reestruturação das carreiras.

Nesse sentido, é fundamental garantir um reajuste linear em 2026 para todos, analistas, técnicos e auxiliares, ativos e aposentados, para recompor parcialmente as perdas salariais e possibilitar a implementação de um novo Plano de Carreiras mais abrangente e robusto.

É imprescindível observar os prazos orçamentários e agir com urgência, a fim de garantir a reserva dos recursos necessários para a implementação dos pleitos dos servidores na peça orçamentária do PJU para 2026. Não podemos ficar mais um ano sem reajuste.

